

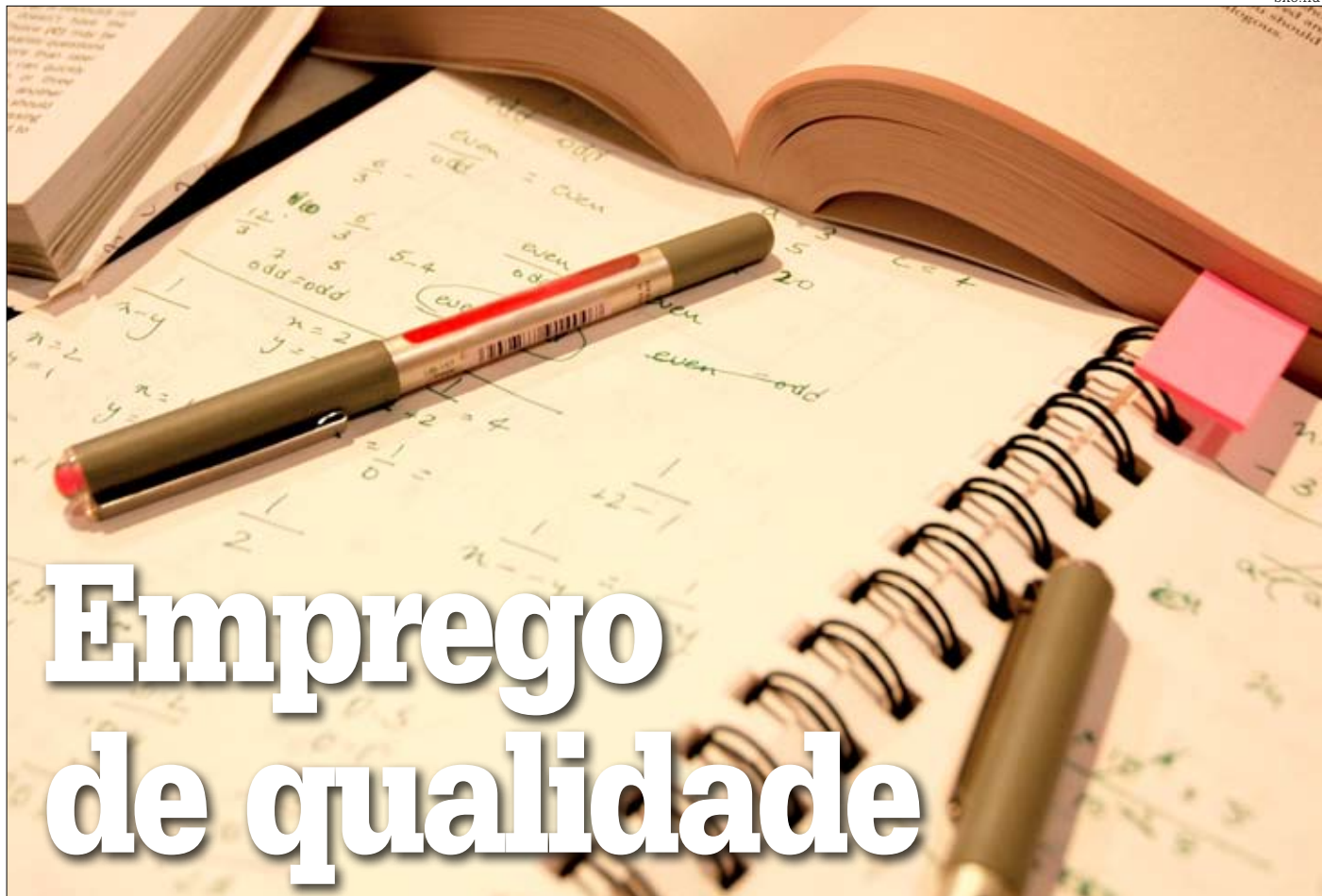


JORNAL DA ALERJ

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ano IX N° 228 – Rio de Janeiro, de 1° a 15 de abril de 2011

sxc.hu



Emprego de qualidade

● NESTE NÚMERO

Parlamento aprova piso salarial regional maior do que o mínimo nacional

PÁGINAS 3

Lei que obriga uso do gel sanitizante mobiliza clientes de bares e restaurantes

PÁGINA 4 e 5

Clarissa Garotinho diz que ser oposição contribui para um Governo melhor

PÁGINA 12

Assembleia vai lançar concurso para preenchimento de vagas nos setores de Taquigrafia, Apoio às Comissões e Atas e Publicações

Independente do momento histórico e econômico em que estejamos e das oscilações na geração de empregos – agora, por sinal, em alta no Brasil – a aprovação em um concurso público é como o sonho da casa própria: congrega quase todos em torno da ideia de tranquilidade, de uma vida sem maiores sobressaltos. Mas a seleção pública tem um significado muito maior do que a estabilidade profissional que proporciona. Ela é o instrumento de que o Poder Público dispõe para a escolha do melhor candidato para o desempenho de papéis fundamentais para seu bom funcionamento.

Ciente desta importância e disposto a marcar sua gestão com o fortalecimento de setores da Casa, o presidente da Alerj, depu-

tado Paulo Melo (PMDB), anunciou no dia de sua eleição para a Mesa Diretora a realização de concursos. “Como representantes do povo, selecionados, nós mesmos, por uma espécie de concurso público, temos que estar sintonizados com os desejos dos que se preparam para assumir uma carreira de Estado, e também para as necessidades da Casa, que depende desses profissionais para muitas de suas mais importantes funções”, define. Dois meses depois, o **JORNAL DA ALERJ** traz os avanços na realização das provas e algumas das inúmeras propostas e leis criadas para tornar mais seguro este filtro tão eficaz na seleção de pessoas habilitadas a exercerem funções estratégicas no setor público.

PÁGINAS 6, 7 e 8

FRASES

Rafael Wallace



“De nada adianta criarmos territórios de paz. É preciso estabelecer que a família é o ambiente de paz, é o ambiente seguro. A partir daí a gente constrói o verdadeiro território de paz”

Jânio Mendes (PDT), defendendo o instituto de penas alternativas para crimes de baixa periculosidade

“Se não nos debruçarmos sobre esses grandes desafios que o Comperj traz, daqui a dez anos poderemos dizer que aquela região, onde ele foi construído, é uma das mais pobres e atacadas pela violência no estado”

Robson Leite (PT), defendendo o acompanhamento dos investimentos no entorno do Comperj

“Uma das cláusulas pétreas da Constituição é o voto direto. O de lista é indireto. Insistem em querer fortalecer partidos para fazer o que bem entendem no País”

Edino Fonseca (PR), falando sobre a reforma política e o voto em listas

CONSULTA POPULAR

● Como os deputados do estado podem ajudar as pessoas com deficiência física a conseguirem ingressar no mercado de trabalho?

Fátima Domingues – Cabo Frio



Deputado
Bernardo Rossi
(PMDB)

● Foi pensando em assegurar a integração da pessoa portadora de necessidade especial, assim como assegurar o pleno exercício dos direitos sociais, que eu apresentei o projeto de lei 290/11, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, a criar uma

central de emprego para esses cidadãos. A proposta tem por objetivo ajudar a inserir essas pessoas no mercado de trabalho. Estamos seguindo a linha da conscientização sobre a importância de políticas públicas que visem à integração social de milhares de habitantes do nosso estado, que possuem algum tipo de necessidade especial. O direito à igualdade surge como regra de equilíbrio dos direitos de quem é portador de deficiência e, somente entendendo esse princípio, é possível compreender o tema da proteção excepcional, garantindo-lhes autonomia e mais oportunidades.

ALÔ, ALERJ “Fiquei feliz pela atenção que recebi”

Santiago de Souza Cordeiro, relações públicas, morador de Campo Grande

“De segunda a sexta-feira, às 6h, pegava o ônibus da Transporte Oriental, que faz o trajeto Campo Grande-Praça XV, para trabalhar. Um dia, sem aviso prévio, a empresa simplesmente tirou do trajeto do ônibus o ponto da Rua Major Brigadeiro Lins e Silva, onde eu costumava pegá-lo. Primeiramente entrei em contato com a empresa, e, depois de muito tempo esperando ao telefone, tudo o que fizeram foi permitir que eu deixasse uma reclamação. Como não obtive respostas, entrei em contato novamente com a empresa e deixei outra notificação. Mesmo assim nada aconteceu. Liguei para a Alerj e fiz minha queixa. A atendente foi atenciosa e me repassou para a Comissão



Daniel Tiriba

de Transportes da Casa. Quando falei com a comissão, disseram que iriam ver o que poderia ser feito. Uma semana depois, recebi uma carta do deputado Marcelo Simão (PSB), que é o presidente da comissão, comunicando que a empresa havia sido notificada. Fiquei muito feliz pela atenção, consideração e esforço que o disque e o deputado tiveram comigo.”

Alô, Alerj: 0800 022 0008

EXPEDIENTE



ALERJ

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Presidente
Paulo Melo

1º Vice-presidente
Edson Albertassi

2º Vice-presidente
Gilberto Palmares

3º Vice-presidente
Paulo Ramos

4º Vice-presidente
Roberto Henriques

1º Secretário
Wagner Montes

2º Secretário
Graça Matos

3º Secretário
Gerson Bergher

4º Secretário
José Luiz Nanci

1º Suplente
Samuel Malafafa

2º Suplente
Bebeto

3º Suplente
Alexandre Corrêa

4º Suplente
Gustavo Tutuça

JORNAL DA ALERJ

Publicação quinzenal
da Diretoria Geral de Comunicação
Social da Assembleia Legislativa do
Estado do Rio de Janeiro

Jornalista responsável
Luisi Valadão (JP-30267/RJ)

Editor-chefe: Pedro Motta Lima

Editor: Everton Silvalima

Chefe de reportagem: Fernanda Galvão

Reportagem: André Nunes, Fernanda Porto, Marcela Maciel, Marcus Alencar, Melissa Ornellas, Raoni Alves e Vanessa Schumacker

Edição de Fotografia: Rafael Wallace

Edição de Arte: Daniel Tiriba

Estagiários: André Coelho, Andresa Martins, Cynthia Obiler, Diana Pires, Fellippo Brando, Maria Rita Manes, Natash Nunes, Paulo Ubaldino, Tereza Baptista e Thaisa Araújo

Telefones: (21) 2588-1404/1383
Fax: (21) 2588-1404

Rua Primeiro de Março s/nº sala 406
CEP-20010-090 – Rio de Janeiro/RJ

Email: dcs@alerj.rj.gov.br
www.alerj.rj.gov.br
www.twitter.com/alerj
<http://on.fb.me/fbalerj>
www.noticiasalerj.blogspot.com
www.radioalerj.posterous.com

Impressão: Gráfica da Alerj

Diretor: Octávio Banho

Montagem: Bianca Marques

Tiragem: 2 mil exemplares

siga a @alerj no

twitter

www.twitter.com/alerj

Ouçã sonoras dos deputados
radioalerj.posterous.com

Receba o  em casa
JORNAL DA ALERJ
<http://bit.ly/jornalalerj>

Veja nossos
álbuns do Picasa
<http://bit.ly/alerjpicasa>

ECONOMIA

Um índice 3% maior

Thaís Araújo



Deputados votaram percentual que deixa mínimo regional superior a R\$ 607,00

Novo piso salarial regional sofre acréscimo de 9,86% e é sancionado pelo governador Sérgio Cabral no dia 14

FERNANDA PORTO

Atendendo as reivindicações dos mais de dois milhões de trabalhadores formais incluídos nos pisos regionais, a Alerj aprovou, no dia 12, o aumento de 3% no índice inicialmente proposto de Poder Executivo – o projeto transformou-se na Lei 5.950/11, sancionada pelo governador Sérgio Cabral no dia 14. O acréscimo eleva o percentual dos 6,86% estabelecidos pelo Governo para 9,86%, o que fará com que nenhum piso no estado seja inferior a R\$ 600, como defendiam muitos parlamentares. Para minimizar o impacto para os empregadores, o Parlamento acabou com a retroatividade do reajuste a janeiro.

A proposta aprovada na forma de um substitutivo ao projeto de lei 189/11 vale a partir de 1º de abril. “Além de elevar o percentual em mais 3%, incluímos todas as categorias pleiteadas pelos parlamentares. Depois de termos observado tanta dificuldade na aprovação do

mínimo nacional de R\$ 545, chegamos no Estado do Rio a um patamar mínimo de R\$ 607”, salientou o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que fez o substitutivo, deputado Rafael Picciani (PMDB).

O presidente da Alerj, deputado Paulo Melo (PMDB), posicionou-se em nome do Parlamento dizendo que a Casa entendeu os argumentos dos empregadores e do Governo – que estavam irredutíveis na manutenção do índice inicial –, mas que o Legislativo optou por atender a necessidade dos trabalhadores. Das 89 emendas apresentadas pelos parlamentares, 38 foram aglutinadas pelo texto da CCJ.

Os cabineiros de elevador, por exemplo, passarão a integrar a quarta faixa, que será elevada a R\$ 686,34. A sexta faixa, de R\$ 860,14 será a base para o pagamento de técnicos de diversos tipos, como em farmácia, em radiologia e em transações imobiliárias. Psicólogos, fonoaudiólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, biólogos, professores de Educação Física, enfermeiros passarão a integrar o último nível, de R\$ 1.630,99, anteriormente dedicado apenas a administradores, advogados e contadores.

Nove níveis e algumas carreiras contempladas

R\$ 607,88 - Trabalhadores agropecuários e florestais

R\$ 639,26 - Empregados domésticos; serventes; trabalhadores de conservação e manutenção; entre outros

R\$ 662,81 - Carteiros; serviços administrativos; cozinheiros; caixas; lavadeiras e tintureiros; barbeiros; cabeleireiros; manicures e pedicures; entre outros

R\$ 686,34 - Trabalhadores da construção civil; despachantes; fiscais; cobradores de transporte coletivo (exceto ferroviário); trabalhadores de minas e pedreiras; entre outros

R\$ 709,84 - Capatazes de explorações agropecuárias, florestais; trabalhadores de usinagem de metais; encanadores; soldadores; chapeadores; caldeiros; montadores de estruturas metálicas; operadores de máquinas da construção civil e mineração; entre outros

R\$ 731,43 - Serviços de contabilidade e caixas; secretários; datilógrafos e estenógrafos; eletricitistas; joalheiros e ourives; marceneiros; supervisores de produção e manutenção industrial; frentistas e bombeiros civis; técnicos em geral, atendentes de *call center*

R\$ 860,14 - Técnicos em enfermagem; trabalhadores de nível técnico registrados nos conselhos de suas áreas; técnicos de transações imobiliárias; em secretariado; farmácia; em radiologia; laboratório; e em higiene dental

R\$ 1.188,20 - Professores de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), com regime de 40 horas semanais e técnicos de eletrônica e telecomunicações; técnicos em mecatrônica

R\$ 1.630,99 - Administradores de empresas; arquivistas de nível superior; advogados; contadores; psicólogos; fonoaudiólogos; fisioterapeutas; fisioterapeutas ocupacionais entre outros

HIGIENE

Felippo Brando



A maior limpeza

Especialistas recomendam aos clientes que lavem bem as mãos antes de usar o gel sanitizante, para evitar contaminação

Depois da gripe suína, lei obriga bares e restaurantes a disponibilizar álcool gel

TEREZA BAPTISTA

Higienizar bem as mãos é um hábito altamente recomendado pelos médicos. Mas, para quem passa o dia todo fora de casa, essa prática acaba enfrentando alguns obstáculos. Pensando em amenizar esse problema, o deputado Marcelo Simão (PSB) idealizou a Lei 5.901/11, sancionada no dia 25 de fevereiro, que obriga bares, restaurantes e hotéis localizados no Estado do Rio a disponibilizar gel sanitizante para seus clientes. A nova norma determina que o produto esteja em local visível e de fácil acesso, para que possa ser usado de forma otimizada antes das refeições.

“Assim, ao menos nesses locais, garantimos às pessoas uma total higienização e proteção, o que evi-

ta a transmissão de doenças. O gel sanitizante é uma solução prática, pois promove assepsia rápida e segura da pele”, afirma o parlamentar. Os estabelecimentos terão 90 dias, após a sanção da lei, para se adequarem à nova regra. A partir do dia 26 de maio, descumprimentos serão punidos com penalidades que vão de advertência à multa de mil Ufirs em caso de reincidência.

Inicialmente, a criação da lei foi motivada pela pandemia de gripe suína (Influenza A H1N1) em 2009. No período de surto global da doença, o uso de álcool gel foi amplamente estimulado para prevenir a contaminação pelo vírus. Alguns estabelecimentos, porém, já disponibilizavam o produto aos seus clientes antes mesmo de ele ter se tornado popular. O restaurante Crystal, que fica no Centro do Rio, adotou a medida há cinco anos. O dono do negócio, Antonio Safi, afirma ter conhecimento sobre o projeto de lei,

mas ainda não sabia de sua aprovação: “Essa é uma ótima notícia, pois a medida é muito válida. Já estamos preparados para ela há algum tempo. Os clientes gostam, eles sempre fazem elogios. Fora a praticidade que proporciona, porque quase ninguém chega aqui e vai até o banheiro para lavar as mãos”.

Apesar de disponibilizar gel sanitizante há menos tempo, o restaurante Delírio Tropical dispõe recipientes com o produto em diversos pontos espalhados pela loja. A gerente da filial do Centro, Janete Scheibel, diz que a norma é ideal sobretudo para restaurantes que servem comida a quilo. “As pessoas chegam com a mão suja da rua e usam a mesma colher para servir comida, o que é anti-higiênico. Ainda não sabia sobre a lei, mas aqui até nossos funcionários já usam álcool gel e luvas para lidar com a comida. Agora, os clientes reclamam quando o produto está em falta”, completa.



Sobre o gel sanitizante

No Brasil, o produto é controlado pela Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa) mediante testes de laboratórios credenciados. E o registro pela Anvisa é a garantia do consumidor de que o produto possui a fórmula adequada para o fim a que se destina.

Rafael Wallace

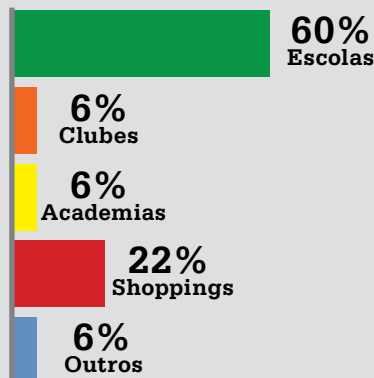


“O gel sanitizante é uma solução prática, pois promove assepsia rápida e segura da pele”

Deputado Marcelo Simão (PSB)

ENQUETE

Que outros locais deveriam oferecer o gel sanitizante?



Para votar na próxima enquete, basta acessar: www.noticiasalerj.blogspot.com

Mais um projeto em pauta

Outro projeto envolvendo a obrigatoriedade do uso de gel sanitizante está sendo discutido na Alerj atualmente. O deputado Wagner Montes (PDT) é o redator do projeto de lei 160/2011, que dispõe sobre a instalação de recipientes de álcool gel em toda a rede de saúde pública e privada do estado. O principal objetivo é fazer com que a população possa se prevenir contra germes e bactérias em postos de saúde, hospitais e clínicas, locais que estão suscetíveis à contaminação por receberem pessoas doentes diariamente. Apesar de esta medida ser pouco onerosa, muitos hospitais ainda não dispõem desses recipientes com álcool gel.

O presidente da Sociedade de Infectologia do Estado do Rio de Janeiro (Sierj) e membro da Câmara Técnica de Doenças Infecciosas do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj),

Mauro Treistman, declara que o gel sanitizante atua de forma eficaz na desinfecção e assepsia das mãos, mas não remove todas as impurezas. “O gel sanitizante tem função bactericida, fungicida e germicida. Ele limpa e promove assepsia, mas não esteriliza as mãos. Ainda assim, o uso em hospitais é fundamental, pois ajuda a prevenir a proliferação de superbactérias e a manter um ambiente cirúrgico protegido”, explica.

Treistman adverte ainda que não se deve deixar de lado o hábito de lavar as mãos. “O álcool gel não deve substituir o sabonete na hora de fazer a higienização, pois ambos são igualmente importantes. Eles agem de maneira diferente, são complementares”, informa o médico. Segundo o infectologista, o gel sanitizante não remove resíduos sólidos depositados nas unhas e nas mãos, por exemplo. Neste caso, o mais aconselhável é lavar bem as mãos com sabão antes de usar o produto.

Uso do gel com segurança

Quantidade do produto

Não usar em grande quantidade para não ressecar a pele. Segundo a Sociedade Brasileira de Dermatologia, o equivalente a “uma moeda” para as duas mãos é suficiente.

Número de aplicações

Usar muitas vezes ao dia pode ressecar a pele, mesmo quando o produto tiver hidratante. O ideal é aplicar o álcool gel quando as mãos estiverem sujas ou contaminadas – após espirrar ou assoar o nariz, por exemplo.

Lavar as mãos

Sempre que possível, é aconselhável trocar o álcool gel pelo sabonete de glicerina, que agride menos a pele.

Hidratação da pele

Para evitar que a pele fique ressecada pelo uso de álcool gel, é aconselhável aplicar creme para as mãos de três a quatro vezes ao dia.

Álcool para limpeza

A Sociedade Brasileira de Dermatologia diz que pode ser usado o álcool puro, sem outros detergentes. A Sociedade Brasileira de Infectologia e a Associação Brasileira da Indústria de Produtos de Limpeza e Afins, porém, dizem que o álcool para limpeza deve ser aplicado somente em utensílios e superfícies.

Ingestão

O álcool gel não deve ser ingerido porque é altamente tóxico. No entanto, não é prejudicial se uma criança, por exemplo, levar a mão à boca após aplicar o produto.

Proteção

O álcool gel elimina até 99% das bactérias que estão nas mãos, mas não protege contra novas contaminações.

Percentual de álcool

O mais indicado é a solução com 70% de álcool e 30% de água.

Álcool líquido

A solução líquida não deve ser usada para higiene das mãos por ser mais inflamável e ressecar a pele. Não é aconselhável também misturar o álcool líquido com água, porque produtos químicos não podem ter sua composição alterada.

Fonte: Associação Brasileira da Indústria de Produtos de Limpeza e Afins (Abipla), Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD) e Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI).

CAPA

Fé pública: há vagas

Depois de 13 anos sem a realização de concursos, Alerj anuncia que pretende ampliar a equipe de três departamentos, abrindo, com isso, 44 vagas ao todo

FERNANDA PORTO

Tendo como meta o fortalecimento de áreas-chave do Parlamento, o presidente da Alerj, deputado Paulo Melo (PMDB), anunciou no dia de sua posse a realização de um conjunto de concursos, acabando com um hiato de 13 anos sem seleções para preenchimento dos cargos de carreira da Assembleia. Naquele contexto, os concursos foram defendidos como uma forma de aumentar a qualificação e a eficiência do Poder Legislativo. Para viabilizar uma das prioridades de seu plano de Governo, que é o funcionamento das comissões permanentes, a Mesa decidiu ampliar a equipe de três departamentos responsáveis por algumas das principais atividades da Casa: a Taquigrafia, o Apoio às Comissões e o setor de Atas e Publicações. “O fortalecimento do Parlamento passa necessariamente pelo incremento de setores fundamentais para o bom funcionamento de suas atividades-fim”, argumenta Melo.

Serão 44 vagas ao todo, distribuídas entre os três departamentos, de acordo com as necessidades de cada um. Encarregada da tarefa de captar, digitar e transcrever todas as reuniões de comissões e atividades em plenário, a Taquigrafia receberá o reforço de mais 25 profissionais. O Apoio às Comissões admitirá 15 candidatos a secretários, incumbidos de todas as atividades de apoio ao funcionamento das 36 comissões permanentes, e o Departamento de Atas e Publicações selecionará quatro digitadores. O grau de confiança que as funções requerem é um dos principais motivos para a seleção via concurso, segundo o diretor do Departamento de Taquigrafia, Fernando Salgado. “Além de serem estreitamente ligadas às demandas e à produção do Parlamento, são funções que necessitam de fé pública”, afirma, esclarecendo: “Em todas as ocasiões, ainda que se trate de reuniões fechadas para análise de questões sigilosas, a Taquigrafia está. É imprescindível que essa função tenha um elevado grau de confiabilidade”, defende.

Como a Casa já possui as 44 vagas, em aberto pela aposentadoria de servidores, o processo para o concurso já está adiantado, em fase de assinatura de contrato com a Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio (Ceperj), para elaboração de edital. Entre as informações que ele trará estão as especificações de cada prova. As vagas da Taquigrafia e Apoio às Comissões serão de nível superior; as de digitadores, médio. Há 28 anos na Casa, Salgado credita ao aumento das atividades a necessidade de mais profissionais nessas áreas. “Há 20 anos, os debates se



Daniel Tiriba



Thaís Araújo

As salas de aula dos cursos preparatórios, como o Maxx (foto ao lado), estão cheias de alunos que buscam um emprego público. Eduardo Moraes e Juliana Duffles (foto acima) já estão trabalhando na Seplag, após terem se preparado para a abertura de vagas em novas carreiras

restringiam ao plenário. Hoje temos 36 comissões funcionando ativamente”, adverte o diretor, afirmando que os concursos acontecerão este ano.

A intenção de aumentar o corpo de servidores da Alerj não se encerra aí. Melo anunciou ainda a criação da carreira de Especialista em Gestão Governamental, Planejamento e Orçamento, a exemplo do que fez o Governo do Estado em 2008. “Já que não existe na Casa o cargo de gestor público, iremos criá-lo por lei para, em seguida, abrir o concurso”, explica o presidente, antes de justificar a criação da nova função. “As coisas mudaram. As leis são totalmente diferentes. Então, o gestor se faz necessário nesse novo modelo da atividade pública. O Governo estadual já criou, o Tribunal de Justiça está criando e a Assembleia irá criar. Esta função qualificará nosso trabalho, integrará as diferentes funções. Nossa intenção é aumentar a eficiência e este caminho tem sido bem sucedido no estado”, diz. A novidade já deu origem ao projeto de lei 188/01, em tramitação, e também será consolidada pelo Ceperj. Serão 20 vagas, divididas entre os cargos de Especialista em Gestão Governamental e Analista de Planejamento e Orçamento.

No âmbito da secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), a carreira já foi alvo de dois concursos e dará origem a um terceiro este ano. As seleções para o preenchimento das

200 vagas inicialmente previstas vêm sendo feitas aos poucos, o que, para o presidente da associação que representa as duas funções, a GestRio, Eduardo Moraes, garante a seleção dos melhores candidatos. “Assim você pega sempre os melhores e também favorece a absorção dos profissionais pela estrutura do estado, que ainda se adapta a esta função”, diz ele, que trabalha na subsecretaria de Patrimônio. Espalhados não só na estrutura da Seplag como em outras secretarias, os gestores atuam no atendimento das demandas gerenciais de maneira descentralizada. “Nossa função envolve a integração entre as secretarias para evitar ações sobrepostas”, define Juliana Duffles, atualmente na subsecretaria Adjunta de Modernização da Gestão. Para ambos, o mais interessante na carreira, e o que atrai boa parte dos candidatos, é a possibilidade de contato com assuntos diversos.

Transparência e proteção

Embora concursos sejam um dos alvos favoritos para os legisladores (ver box pág. 8), as propostas possuem temas recorrentes, como o aumento da transparência na seleção e proteção de minorias. Recentemente, dois projetos que passaram pela pauta de votação da Alerj exemplificam a tendência. O 1.295/08 obriga órgãos da administração pública direta e indireta a justificar a

não contratação de candidatos aprovados. “É uma distorção no processo que precisa ser explicada”, frisa seu autor, o deputado Chiquinho da Mangueira (PMDB). Já a deputada Inês Pandeló (PT), que preside a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, assina o projeto de lei 1.996/09, que procura evitar que mulheres grávidas sejam prejudicadas em exames de capacitação.

Garantir o acesso dos aspirantes a vagas no setor público é o que desejam os deputados Marcelo Freixo (PSol) e Altineu Cortes (PR). O primeiro assina o projeto de lei 1.371/08, que obriga a divulgação das bibliografias utilizadas nas provas, e o segundo é autor do 1.528/08, que obriga a administração pública a informar a gratuidade da inscrição para pessoas que comprovem “insuficiência de recursos”.

Mais abrangente é a proposta do deputado Pedro Augusto (PMDB), a 3.345/10, que proíbe equipamentos eletrônicos no interior das salas onde são realizadas as provas. E o projeto de lei 887/07, em que o deputado Wagner Montes (PDT), convencido que o assunto é importante o suficiente para exigir lei única, reúne, em seis capítulos, regras sobre o tema. “Sendo o concurso público o único instrumento legítimo para assunção de função pública, torna-se necessária a existência de uma lei específica, abrangente e justa, que o regule em todas as suas etapas”, alega. (colaborou Diana Pires)

CAPA

Dando oportunidade a quem precisa

Rafael Wallace



“É importante investirmos na criação da carreira de gestor porque ela sinaliza o interesse dos poderes públicos no estabelecimento de políticas de Estado, em contraposição às políticas de Governo. Queremos, com isso, garantir que o bom funcionamento do Legislativo seja permanente e independente das mudanças ocasionais.”

Deputado Paulo Melo (PMDB)

Thaís Araújo



“Como primeiro secretário, acho importante a oportunidade de se fortalecer os quadros da Casa. Acho, inclusive, que, além dos concursos anunciados, o Parlamento deveria fazer uma nova seleção para a área de Segurança. Com isso, damos oportunidade de carreira a quem precisa.”

Deputado Wagner Montes (PDT)

Thaís Araújo



“É um avanço capacitar e valorizar as pessoas que estudam, que buscam se preparar para o desempenho de funções tão importantes para os órgãos públicos. Não desmerecendo a razão de existir dos cargos em comissão, a criação de vagas a serem preenchidas por meio de concurso público é um avanço.”

Deputado Ricardo Abrão (PDT)

Rafael Wallace



“Algumas funções da Casa são permanentes, funções que não poderiam ser desempenhadas de forma adequada por pessoas de fora, porque pedem conhecimento sobre o funcionamento interno da Alerj. Os deputados vêm e vão, mas o funcionamento de diversos departamentos é perene.”

Deputado Marcus Vinicius (PTB)



Daniel Tiriba

Reprovação em exame tem que ser justificada

Quando a Alerj, no final de março, derrubou o veto do governador ao projeto de lei que previa a justificativa para a reprovação no exame psicológico, estava sinalizando, mais uma vez, o interesse do Parlamento fluminense no tema. A regra, imaginada e proposta pelo deputado Flávio Bolsonaro (PP), foi revalidada e transformada na Lei 5.938/11, com o aval de 56 deputados, que enaltecem a transparência que a norma conferiria ao processo.

Jefferson Alves (*foto*), de 30 anos, foi reprovado, em 2000, no exame psicotécnico em um concurso público para a Polícia Militar, sem justificativas. Hoje, professor de Matemática e Raciocínio Lógico do curso Maxx, Alves acredita que a norma pode ajudar a evitar fraudes. “O processo vai ficar menos arbitrário, já que precisarão de uma boa justificativa para a reprovação”, declara.

Muitos dos maiores avanços alcançados por estas seleções no estado partiram ou foram avalizadas pela Alerj. No box abaixo, você verá uma relação das mais abrangentes. (*colaborou Daniel Tiriba*)

Da gravação de provas orais à cota para portadores de deficiência

Lei 5.829/10, do ex-deputado Fernando Gusmão, que tornou obrigatória a disponibilização de assentos adaptados a obesos nos locais de provas.

Lei 2.760/97, que permitiu a gravação das provas orais para possíveis recursos a serem protocolados no futuro. Do deputado Paulo Melo (PMDB)

Lei 2.482/95, que estabeleceu cota de 5% para portadores de deficiência nos concursos públicos do estado. Idealizada pelos ex-deputados José Cláudio e Tânia Rodrigues

Lei 2406/95, do ex-deputado Renato de Jesus, que proibiu o uso da expressão “boa aparência” em anúncios de concursos

Lei 1.919/91, do deputado Paulo Melo (PMDB), que obriga divulgação do gabarito das provas em jornais de grande circulação e no Diário Oficial

Lei 1.832/91, da ex-deputada Daisy Lúci, estabeleceu teto de 10% do salário básico do cargo como referência para a cobrança da taxa de inscrição.

BIBLIOTECA

História digitalizada

Segunda parte de processo de digitalização de acervo contribuirá para a preservação de documentos raros e frágeis

ANDRÉ COELHO

O acesso a documentos raros guardados na Biblioteca Dona Maria Portugal, a Biblioteca da Alerj, muitos deles exemplares únicos de mais de um século de idade, poderá ser facilitado com a segunda parte da digitalização do acervo que está sendo planejada pelo setor. Segundo as bibliotecárias Rosa Maria Rangel, Patrícia de Almeida e Viviane de Carvalho, responsáveis pelos livros, o projeto, que ainda está sendo desenvolvido para ser encaminhado à Presidência da Casa, tem como objetivo tanto divulgar os documentos históricos quanto preservar as edições de páginas muito frágeis. “Queremos passar isso para a população fluminense. É um material histórico muito importante sobre o Rio de Janeiro e o Brasil”, explica Rosa Maria.

A bibliotecária conta que uma parte do acervo já foi digitalizada em uma primeira ação realizada em 2003. Rosa comenta que, na ocasião, apenas os livros mais novos entraram no processo. “Na época, a digitalização só era feita com a desencadernação dos livros, que deviam ser reencadernados depois. Por isso, optamos por poupar os exemplares raros e mais antigos, que são frágeis e, muitas vezes, únicos, quando vimos que muitos voltavam danificados”, conta.



Daniel Tiriba

Rosa (esq.) e Patrícia explicam que o serviço é “quase uma restauração”

Já Viviane explica que esta é mais uma ação da política ampla de preservação do acervo, que começou com uma parceria entre a Biblioteca da Alerj e a Apae-Niterói, envolvendo a contratação de cooperativas especializadas e o treinamento dos trabalhadores. “Eles receberam um treinamento técnico para tratar e higienizar as obras, muitas delas raras e de exemplar único. É um serviço especializado, quase uma restauração”, declara, ressaltando que esta etapa é essencial para a posterior digitalização. Para preservar os documentos, um funcionário da Alerj sempre acompanha a pessoa que quer fazer uma pesquisa nos exemplares mais antigos, e são permitidas apenas

fotografias das páginas, pois a fotocópia danifica os exemplares.

Além dos documentos históricos mais antigos serão digitalizados também os Diários Oficiais do ano de 2003 até os dias atuais, que estão entre os documentos mais procurados, como conta o funcionário Luiz Fernando Teixeira. “Grande parte do nosso movimento é de pessoas que precisam encontrar informações publicadas no D.O. há algum tempo, para fazer pedidos de aposentadoria, por exemplo”, informa. Segundo Teixeira, a digitalização poderá reduzir problemas: “Algumas pessoas arrancam páginas e marcam as partes que as interessam, rasurando um documento oficial. Com a digitalização isso tende a diminuir”.

André Coelho



Documentos raros

Páginas frágeis e amareladas por mais de um século de história dão ideia da preciosidade dos registros contidos nos *Annaes do Conselho Municipal do Rio de Janeiro* (foto), datado do ano de 1894, uma das obras mais antigas da Biblioteca da Alerj. As páginas que contam um pouco da história do início da democracia no País, quando a República dava seus primeiros passos, quase desmancham na mão de quem as folheia. As obras contêm registros de todas as discussões e discursos dos parlamentares da época e fontes primárias que contam a história do Legislativo.

Entre os registros mais importantes a serem recuperados e digitalizados, segundo a bibliotecária Patrícia de Almeida, estão os anais do antigo Estado do Rio de Janeiro, quando a capital era Niterói, e os anais do Distrito Federal e do Estado da Guanabara, a maioria deles com data do fim do século XIX e da primeira metade do século XX. “São documentos históricos importantes, que só a nossa biblioteca tem”, destaca.


CURTAS

Thaís Araújo

**Crack**

Ampliar os Centros de Atenção Psicossocial (Caps), um serviço de saúde voltado para a comunidade e preparado para acolher e cuidar de pessoas com problemas mentais graves e seus familiares, foi um dos principais temas defendidos durante audiência pública da Comissão de Assuntos da Criança, Adolescente e Idoso, no dia 12. De acordo com a presidente da comissão, deputada Cláise Maria Zito (PSDB) (foto), a ampliação poderá auxiliar na prevenção ao uso do crack no estado. “A comissão vai ajudar sugerindo a criação de mais centros como esses. Para tirar o jovem da droga, são importantes os atendimentos médico e psicológico juntos”, disse a parlamentar.

Bueiros da Light

A Comissão de Obras Públicas, presidida pelo deputado Pedro Fernandes (PMDB), fará uma parceria com o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea-RJ) para fiscalizar as obras de reparo e manutenção realizadas pela Light. O anúncio foi feito em audiência pública promovida pelo colegiado no dia 7. Segundo Fernandes, o Crea pode ajudar a comissão fornecendo dados técnicos para saber se as vistorias realizadas pela Light são suficientes para atender a demanda de energia do estado. A comissão recebeu o diretor de Relações Institucionais da Light, Paulo Pinto, para prestar esclarecimentos sobre a explosão ocorrida em um bueiro de Copacabana.

PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Fellippo Brando



Grupos de música, dança e teatro se apresentaram durante evento no Plenário da Alerj

Dia da verdade

Deputado cria grupo para propor melhorias para pessoas com deficiência

PAULO UBALDINO

Presidente da Comissão da Pessoa com Deficiência da Alerj, o deputado Márcio Pacheco (PSC) criou, durante a cerimônia em comemoração ao Dia da Verdade Social, no dia 4, um grupo de trabalho chamado Grupo da Verdade Social, com a finalidade de encaminhar propostas reais de melhorias para os deficientes, através de um plano de ação que apoie todas as entidades voltadas para o atendimento a este público. “O grupo foi criado para suscitar a participação da sociedade. Queremos chamar profissionais, presidentes de instituição e demais autoridades para participarem deste movimento, em um compromisso de apresentar para o Governo propostas efetivas”, explicou o parlamentar, que contou com a presença do senador Lindberg Faria (PT-RJ) e do deputado federal Otávio Leite (PSDB-RJ) durante a solenidade.

O senador disse ter ficado feliz com a iniciativa da comissão e prometeu levar o tema à Brasília. Sua filha Beatriz, de apenas nove meses, tem Síndrome de Down. “Sou o presidente da Comissão da Pessoa com Deficiência no Senado Federal, e garanto a vocês que este será um assunto muito discutido em Brasília”, frisou Lindberg. Já para Leite, que vai presidir a Frente Parlamentar em Defesa das Pessoas com Deficiência da Câmara Federal, o grande problema da causa ainda é a falta de verbas.

No decorrer da audiência, grupos de música, dança e teatro se apresentaram no Plenário Barbosa Lima Sobrinho. Ao final da cerimônia, todos se dirigiram à escadaria do Palácio Tiradentes para um ato simbólico.

O Dia da Verdade Social, celebrado em 3 de abril para contradizer o Dia da Mentira, foi instituído através da Lei 5.713/10, de autoria da ex-deputada e atual prefeita de Nova Iguaçu Sheila Gama. A intenção é estabelecer uma rede de solidariedade e auxiliar as pessoas que vivem em situação de extrema vulnerabilidade. O deputado Sabino (PSC); a presidente da Federação Brasileira das Instituições Excepcionais (Febiex), Kátia Vasques; a presidente da Federação de Instituições Benéficas (Feinb), Dayse Gravina; o presidente da Federação das APAES-RJ, Delton Bastos; e representantes de diversas instituições também participaram do evento.

Vila dos Idosos

O secretário de Estado de Habitação, Leonardo Picciani, convidou o deputado Márcio Pacheco para conhecer a Vila dos Idosos, em Campo Grande, zona Oeste da capital, e as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Morro do Preventório, em Niterói, dois dos projetos da pasta que estão em andamento no estado. A visita ocorreria para que o parlamentar saiba o que vem sendo feito em termos de adaptações para os portadores de deficiência nesses novos empreendimentos. Picciani participou de audiência da Comissão da PPD no dia 11. (colaboração Natash Nunes)

DEFESA CIVIL

Segurança dentro e fora

André Coelho



Engenheiros da Eletronuclear explicam sistema de prevenção de acidentes e tranquilizam os deputados ao dizer que Angra 1 tem geradores independentes

Após visitar usinas nucleares de Angra, parlamentares mostraram-se preocupados com condições de rodovia

ANDRÉ COELHO

O desastre ocorrido nas usinas nucleares de Fukushima, no Japão, após o terremoto e a tsunami que arrasaram o país, acendeu o sinal de alerta em todos os cantos do mundo que têm plantas de geração de energia elétrica a partir de combustíveis radioativos, como as usinas de Angra dos Reis, no sul do Estado do Rio. Pensando neste risco em potencial, a Comissão de Defesa Civil da Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado Altineu Côrtes (PR), realizou, no dia 13 de abril, uma visita às instalações das usinas de Angra 1 e 2 e às obras de Angra 3. Após conhecer as usinas e ouvir explicações dos engenheiros da Eletronuclear, os deputados aprovaram os sistemas de prevenção de acidentes do complexo, mas se mostraram preocupados com o entorno, em particular com as rotas de evacuação e as con-

dições da Rodovia Rio-Santos, única forma de saída da região. “A visita foi um aprendizado. Agora, o que a gente quer é ter do lado de fora a segurança que vimos do lado de dentro, o que vai depender de reuniões com o Governo do Estado e com o Corpo de Bombeiros e ver as medidas que serão tomadas”, declarou Côrtes.

Atualmente, as duas usinas respondem por cerca de 30% do consumo de energia no Estado do Rio. Segundo estimativa da Eletronuclear, a construção de Angra 3, prevista para ser concluída em 2015, deverá dobrar esta produção. Para o deputado Rafael Picciani (PMDB), conhecer as usinas e obter informações dos operadores do sistema foi fundamental para respaldar o debate na Alerj. “Sabemos que o município de Angra tem buscado fazer o que está ao seu alcance, mas tem que contar com o apoio dos governos federal e estadual, e é isso que nós vamos tratar na Alerj”, pontuou.

Angra 2 e 3

Os parlamentares visitaram as obras de Angra 3 e conheceram o

Eletronuclear: Angra não é Fukushima

Eletronuclear



Diretor de Operação da Eletronuclear, Pedro Figueira declarou que as usinas atendem todos os requisitos internacionais de segurança. “Fazemos um monitoramento permanente das encostas ao redor”, destacou. Segundo ele, problemas como o do Japão (geradores não resfriaram o núcleo da usina) não aconteceriam em Angra 1. “Temos quatro geradores independentes”, sustentou.

sistema de Angra 2, onde puderam ver o Centro de Comando, a Sala de Crise, as turbinas de geração de energia e os equipamentos e sistemas de emergência da usina que começou a operar em 2001. A planta mais antiga, a de Angra 1, começou a ser construída em 1971 e entrou em operação 14 anos depois. Já Angra 2, comprada na Alemanha em 1979, juntamente com os equipamentos de Angra 3, teve sua construção iniciada em 1981, mas foi paralisada dois anos depois, sendo retomada apenas em 1996.

Segundo Altineu Cortes, um relatório com as necessidades mais emergenciais, como por exemplo, a duplicação da Rodovia Rio-Santos, será apresentado numa reunião conjunta com a Comissão de Minas e Energia. “Tivemos uma visão bem ampla de toda a situação. Agora vamos nos reunir para traçar metas que possam dar mais segurança à população. É preciso melhorar esse sistema de evacuação”, relatou.

Na visita estavam presentes ainda os deputados Alexandre Calazans (PMN) e Enfermeira Rejane (PCdoB), e o prefeito de Angra dos Reis, Tuca Jordão.

ENTREVISTA • CLARISSA GAROTINHO (PR)

‘Quando ocupamos espaços de Poder, sonhos podem se transformar em realidade’

MARCUS ALENCAR

O jeito e o olhar de menina não denunciam a idade. Mas aos 28 anos, a jornalista Clarissa Garotinho (PR) mostra experiência ao abandonar um estilo cativante para decifrar códigos políticos. Nada, porém, com o que já não esteja íntima. Afinal, política para ela vem de berço. Filha dos ex-governadores Anthony e Rosinha Garotinho, ela aceitou encarar as cobranças e comparações para se embrenhar no jogo eleitoral. Resultado: elegeu-se vereadora do Rio em 2008 e, no ano passado, conseguiu uma cadeira na Alerj. Os pais, que inicialmente não queriam mais um membro da família na vida pública, já se renderam ao talento da jovem. Hoje ela divide seu tempo participando do processo legislativo, praticando ações sociais e apresentando um programa de rádio. Nos fins de semana, ainda consegue se reunir com os amigos e curtir um dos seus passatempos preferidos: cantar.



Thaísa Araújo

A deputada poderia começar falando da sua trajetória política.

Iniciei minha trajetória participando de movimentos estudantis. Até que decidimos que era importante ter uma candidatura. Fui eleita vereadora na cidade do Rio em 2008 e, logo em seguida, surgiu o desafio de ser candidata à deputada. Fui a mulher mais votada no Estado do Rio.

Mas quando começou a sentir necessidade de ser candidata?

A militância política deve ser traduzida em votos. Quando você alcança os espaços de Poder, você tem a oportunidade de transformar os sonhos em realidade. Acredito que seguirei esses caminhos e transformarei os sonhos de uma geração em realidade também.

O fato de ser filha de dois ex-governadores pesou na decisão?

Não, porque eles não queriam. Tive que enfrentar três desafios: ser jovem, mulher e

filha deles. Sabia que todos me analisariam por isso. Mas quis, sim, mostrar que sou filha do Garotinho e da Rosinha, e com muito orgulho. Sei do papel a desempenhar. É uma grande responsabilidade, mas me sinto pronta para isso.

Seu projeto, então, é ser igual a eles ou superá-los?

Não temos que fazer política com comparações. Certamente que a experiência deles me acrescenta. Não concordamos em tudo porque somos pessoas diferentes. Mas, com certeza, quando quero uma opinião eu pego deles em casa.

E em qual momento vocês discordam?

Somos de gerações diferentes, com compromissos diferentes. Hoje há uma cobrança pela inserção tecnológica e a discussão do meio ambiente. Não que eles não

tivessem essas preocupações, mas, com o passar do tempo, vão surgindo outros desafios importantes.

Quais são seus objetivos como deputada?

Quero representar bem a população. A bandeira que defendi na campanha foi a do primeiro emprego para o jovem. Temos ainda o Gabinete Móvel. Ele percorre diversas regiões desenvolvendo campanhas e ouvindo a população. No momento, estamos com a ação *Blitz nas Escolas*. Também apresentei o projeto de lei 73/11, para garantir a acessibilidade dos idosos nos ônibus. O texto obriga as empresas a colocarem um degrau auxiliar que fique no máximo a 15 centímetros de altura do chão. Enfim, meu objetivo é ter um mandato participativo. Vou ouvir as pessoas para saber o que elas querem.

“Quero representar bem a população. A bandeira que defendi na campanha foi a do primeiro emprego para o jovem”

Ser oposição também seria um dos objetivos da deputada?

Ser oposição não significa dizer que sou contra tudo. Já teve projetos aqui em que votei com o Governo porque seriam bons para a população. Afinal de contas, eu represento a população do Rio. Se for bom para o estado, voto a favor; caso contrário, voto contra. Não gosto da oposição sistemática, como também não gosto da base que vota até quando o Governo erra.

Fora da política, como é o seu dia a dia?

Levanto cedo para me preparar para o meu programa, o *Clarissa Garotinho*. Ele vai ao ar diariamente, das 9h às 10h, na Rádio Manchete (760 AM). Depois venho para a Assembleia. Saio daqui sempre depois das 20h. Nos fins de semana gosto muito de ir ao cinema, teatro, de ouvir música, de estar com os amigos. Também adoro cantar. Recentemente, entrei em uma academia para manter a forma. Vou quando dá.